

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8024640-76.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros Advogado (s): IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARACI Advogado (s): ACORDÃO EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME PREVISTO NO ARTIGO 157, § 2º, INCISO II E § 2º-A, I, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PACIENTE QUE SE ENCONTRA PRESO DESDE 28.09.2023, POR FLAGRANTE CONVERTIDO EM PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO PRAZAL, POIS O PACIENTE ESTÁ PRESO HÁ MAIS DE 190 (CENTO E NOVENTA) DIAS, SEM QUE TENHA SIDO CITADO. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO QUE NÃO JUSTIFICOU A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ART. 319 DO CPP. INACOLHIDO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA QUE ATENDE AOS PRECEITOS LEGAIS, A TEOR DO MENCIONADO ARTIGO. 312 DO CPP. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DO ARTIGO 319 DO CPP. INSUFICIENTES NO MOMENTO COMO ENTENDEU A D. AUTORIDADE A QUO. Trata-se habeas corpus liberatório impetrado em favor de , denunciado pela prática de delitos previstos nos artigos 157, § 2º II e 2º-A, I, ambos do Código Penal. Alega a ausência de fundamentação na Decisão que decreta a prisão preventiva do paciente, aduzindo inexistir os pressupostos para a manutenção da custódia, assegurando a desnecessidade da prisão. Improcedente. Decisão devidamente fundamentada, demonstrando as razões pelas quais foi decretada a custódia, e atendem aos requisitos preconizados pelo artigo 312 do CPP., especialmente pela contumácia do paciente na reiteração delitiva, respondendo a outros processos pelos mesmos crimes. Alega também o excesso de prazo, pois o paciente está preso há mais de cento e noventa dias, sem que tenha sido citado. Improcedente. Ato devidamente cumprido conforme informações. Aplicações de medidas cautelares, insuficientes no momento. HABEAS CORPUS CONHECIDO E ORDEM DENEGADA . Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus identificado pelo nº 8024640-76.2024.8.05.0000, tendo como impetrante a Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor de , apontando, como Autoridade coatora, o MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARACI/BA. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia, à unanimidade, pelo conhecimento do habeas corpus e denegação da ordem, nos termos do voto do Relator. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 23 de Maio de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8024640-76.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros Advogado (s): IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARACI Advogado (s): RELATÓRIO Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de natureza liminar, em que se apresenta como Impetrante a Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor de , que se encontra preso por decreto preventivo, pela prática de crimes previstos nos artigos 157, §2º, inciso II, e §2º-A, inciso I, ambos , do Código Penal. Conforme consta dos autos, no dia “no dia 28 de setembro de 2023, às 20:25h, na Praça Nossa Senhora da Conceição, n.º 150, Centro, Araci-BA, em comunhão de desígnios com 05 (cinco) outras pessoas não identificadas, o denunciado concorreu para a subtração de 01 (um) veículo Fiat Toro, 05 (cinco) celulares, R\$ 7.000,00 (sete mil reais) e 02 (dois) cheques, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, bens estes pertencentes a e seus familiares. Diz ainda, que a vítima entrava em sua residência, quando foi abordada por 02

(dois) indivíduos, que, armados, mandaram ele entrar em casa. Ato contínuo, surgiram mais 03 (três) indivíduos, sendo que 02 (dois) também entraram na residência e 01 (um) deles ficou do lado de fora, vigiando a entrada. Ademais, um sexto indivíduo ficou passando orientações para o grupo via ligação. Ao que se apurou, os 04 (quatro) indivíduos que adentraram a casa, dentre eles o denunciado, passaram a ameaçar os moradores da residência, apontando armas de fogo para as vítimas e dizendo que matariam os ofendidos, se eles não colaborassem e entregassem os bens de valor que possuíam. Segundo consta, as vítimas (idosa em tratamento para câncer), (idoso) e (adolescente, com apenas 13 anos de idade) foram mantidas na cozinha da residência, sob a mira de uma arma de fogo, ao passo que a vítima foi conduzida pela residência para que desativasse as câmeras de segurança. Consta que os indivíduos passaram a revirar a residência, em busca de bens de valor, e, ao final da empreitada, subtraíram 01 (um) veículo Fiat Toro vulcano AT9 D4, branco, ano 2021, 05 (cinco) aparelhos celulares da marca Samsung, R\$ 7.000,00 (sete mil reais) em dinheiro e 02 (dois) cheques. De posse dos bens, empreenderam fuga. As vítimas então registraram ocorrência e comunicaram de imediato o fato à Delegacia. Após acionada, a Polícia logrou êxito em localizar o veículo na cidade de Feira de Santana, de posse do denunciado. Na oportunidade, os agentes encontraram com o indigitado uma arma de fogo tipo pistola .380 e os aparelhos celulares das vítimas. O Impetrante alega na inicial que há o constrangimento ilegal na prisão do paciente, na medida em que o mesmo se encontra preso há quase duzentos dias, sem que tenha sido citado. Alega, por outro lado que a fundamentação eleita pelo Juízo coator não se mostra idônea e suficiente para justificar a manutenção da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, não justificando o motivo que não aplicou medidas cautelares diversas da prisão. Assim, requer a concessão da ordem, em caráter liminar, para que seja relaxada a prisão preventiva, ou, alternativamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão para que possa responder ao processo em liberdade. No mérito, requer que seja confirmada a ordem liminar. Foram juntados à inicial alguns documentos. A medida liminar foi indeferida, id. 60157023. Foram prestadas informações ID.61025973. A Douta Procuradoria de Justiça, manifestou-se pelo conhecimento e denegação da ordem, Id. 61102054. É o relatório. Salvador/BA, 03 de maio de 2024. Des. – 1ª Câmara Crime 1ª Turma PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8024640-76.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros Advogado (s): IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARACI Advogado (s): VOTO O processo apresenta os pressupostos da admissibilidade, sendo desta forma, conhecido. O impetrante em sua petição busca de logo a revogação da Decisão que determina a prisão preventiva do paciente, alegando um excesso prazal. Justifica o pleito alegando que o paciente encontra-se preso há mais de cento e noventa dias, sem que, se quer, tenha sido citado. Tal, porém não pode prosperar pois, de acordo com as informações prestadas pelo Juízo coator, o processo encontra-se a espera do paciente apresentar a sua defesa prévia, de modo que não existe nenhuma desídia no andamento do feito. Logicamente, a citação do paciente já foi realizada, na data de 16.04.24, e, apesar de posterior a esta impetração, o ato foi efetivado, ficando tal alegação superada. Ainda sobre o excesso prazal, é assente o entendimento de que os prazos processuais não são peremptórios para o reconhecimento do excesso prazal, este deve ser aferido observando-se os

princípios da razoabilidade e complexidade do feito, de forma que não basta a soma aritmética para definir a ilegalidade justificada pelo suposto atraso. Seguem julgados sobre a matéria. (STJ – RHC: 180595, Relator: , Data de Publicação: 15/09/2023) RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO QUALIFICADA E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA REVOGADA. IMPOSIÇÃO DE CAUTELARES ALTERNATIVAS. MONITORAMENTO ELETRÔNICO. NECESSIDADE E PROPORCIONALIDADE DA MEDIDA. EXCESSO DE PRAZO NO ENCERRAMENTO DO FEITO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. EVENTUAL MORA DECORRENTE DAS PECULIARIDADES DO FEITO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO, COM RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE. 1. In casu, não se verifica constrangimento ilegal decorrente da alegada inidoneidade da fundamentação utilizada para a manutenção da medida cautelar. Não obstante a constatação de que a medida não foi descumprida pelo recorrente, o Tribunal revisor ressaltou que persistem os fundamentos da decisão que aplicou as referidas medidas, notadamente diante do alto grau de reprovabilidade da conduta imputada ao recorrente, envolvendo a compra de diversos alimentos obtidos por meio de desvio de carga, com a utilização de subterfúgios para evitar eventual fiscalização. Dessa forma, a imposição do monitoramento eletrônico não se mostra desarrazoada ou desproporcional ao caso concreto, mormente quando se cuida de conduta delitiva de extrema gravidade. Ademais, é certo que o monitoramento eletrônico é imperioso para viabilizar o controle das atividades do agente, bem como do cumprimento das demais medidas impostas. 2. A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação". No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo. Assim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional. 3. Embora não se possa falar que o tempo de imposição das medidas cautelares é exíguo, não se reputa haver excesso de prazo hábil a permitir a revogação da prisão preventiva do paciente. Com efeito, trata-se de feito complexo, com pluralidade de réus e cartas precatórias, a ensejar a maior elasticidade da tolerância prazal, não se vislumbrando desídia ou inércia na prestação jurisdicional, devendo ser considerado, também, que o recorrente não se encontra privado de sua liberdade. 4. Parecer ministerial: "o monitoramento eletrônico não constitui impedimento para o exercício de atividade profissional dentro das áreas de controle a que o paciente está sujeito, e que, conforme indicado pelo Tribunal de origem, 'em ocasiões pontuais e necessárias, o acusado poderá pedir autorização prévia ao Juízo a quo para se ausentar da Comarca, evitando, assim, violações no sistema de monitoramento eletrônico'.(fl. 770)". 5. Recurso ordinário em habeas corpus improvido, com recomendação de que o Juízo de primeiro grau reavalie, de ofício, a necessidade de manutenção do monitoramento eletrônico, tendo em vista o tempo decorrido e considerando a perspectiva de trabalho do paciente em comarcas próximas. (STJ – RHC: 117677 PR 2019/0269226–1, Relator: Ministro , Data de Julgamento: 08/10/2019, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/10/2019) Conforme o acima discorrido o excesso prazal não está evidenciado, pois

não há qualquer desídia do Juízo, estando o processo a espera de ato do paciente. Por outro prisma a impetração alega que o decreto de prisão preventiva, deixou de analisar a aplicabilidade de medidas cautelares diversas da prisão, de modo que não atende aos requisitos preconizados no artigo 312 do CPP., faltando-lhe fundamentação idônea, na medida em que a mesma se vale, apenas, da gravidade em abstrato do delito, sem demonstrar a necessidade da custódia. Razão, porém, não lhe ampara. É compreensível o relato defensivo, porém, como se observa nos autos, a A. coatora, se aprofundou na fundamentação para justificar os reais motivos pelos quais decretou a prisão preventiva do paciente, de modo que a pretensão defensiva não pode ser acolhida, pelos motivos que demonstraram a coerência da custódia, não existindo, assim, inidoneidade na decisão, a qual segue em síntese : “ Em resumo: converte-se a prisão em flagrante em PRISÃO PREVENTIVA de , por razões de ordem pública (reiteração delitiva e gravidade em concreto) e necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal (visto que o réu está citado por edital, sem comparecimento, em relação a ação penal diversa). Expeça-se o mandado no BNMP 2.0; (...) Juiz de Direito em Substituição”. Ao decretar a prisão preventiva o Juízo agiu de forma acertada indicando os motivos que o levaram a decisão, citando o modus operandi da conduta demonstrando a gravidade concreta do crime, apta a justificar o decreto prisional, para garantia da ordem pública; bem como, levando em conta a periculosidade do Paciente, que tem a vida pregressa voltada para o crime. Ilustra-se o entendimento com alguns julgados que seguem; AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REITERAÇÃO DELITIVA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO ANTES DA DOSIMETRIA DA PENA. 1. A decisão que decretou a prisão apresenta fundamento que se mostra idôneo para a custódia cautelar, porquanto consignado que o paciente, preso com "aproximadamente 9,6 quilogramas de maconha, distribuídos em 19 porções maiores e outras 1.441 embalagens de menor tamanho, individualizadas", ostenta antecedentes criminais (ação penal em curso por tráfico de drogas – processo 1506469/2020), o que caracteriza elemento de convicção que evidencia sua periculosidade, revelada na reiteração delitiva, a justificar a segregação cautelar para assegurar a aplicação da lei penal, bem como para garantir a manutenção da ordem pública. 2. Conforme a jurisprudência desta Corte, "a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" ( RHC n. 107.238/G0, Relator Ministro , Sexta Turma, julgado em 26/2/2019, DJe 12/03/2019). 3. A desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. 4. Havendo a indicação de fundamento concreto para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. 5. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no HC: 759792 SP 2022/0235448–2, Data de Julgamento: 22/11/2022, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/11/2022) AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. NÃO CABIMENTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REGISTRO DE ATOS INFRACIONAIS. INQUÉRITOS POLICIAIS OU AÇÕES PENAS EM CURSO. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. AGRAVO REGIMENTAL

DESPROVIDO . 1. A prisão preventiva é cabível mediante decisão fundamentada em dados concretos quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos dos arts. 312, 313 e 315 do Código de Processo Penal. 2. O registro de ato infracional praticado pelo agente, inclusive com a notícia de aplicação de medida socioeducativa, constitui fundamento idôneo para a manutenção da custódia cautelar para garantia da ordem pública, com o objetivo de conter a reiteração delitiva. 3. Inquéritos policiais ou ações penais em curso justificam a imposição de prisão preventiva como forma de evitar a reiteração delitiva e, assim, garantir a ordem pública. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no HC: 695775 SC 2021/0306857-4, Relator: Ministro , Data de Julgamento: 26/10/2021, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/11/2021) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ATOS INFRACIONAIS ANÁLOGOS AO CRIME DE HOMICÍDIO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INADEQUAÇÃO. 1. Comprovada a materialidade, havendo indícios de autoria e estando demonstrada, com elementos concretos, a necessidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública, afasta-se a alegação de constrangimento ilegal. 2. Na espécie, o periculum libertatis está evidenciado, notadamente porque, apesar de a quantidade de droga arrecadada não ser exacerbada, a segregação cautelar do recorrente está embasada no risco concreto de reiteração delitiva, tendo em vista o cometimento. HABEAS CORPUS Nº 613.952 – SP (2020/0243168-4) RELATORA : MINISTRA IMPETRANTE : ADVOGADO : – PR079898 IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO PACIENTE : (PRESO) INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO EMENTA HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, AUSÊNCIA DE REAVALIAÇÃO DA CUSTÓDIA E IMPRESCINDIBILIDADE DO PACIENTE PARA OS CUIDADOS COM SEU GENITOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA. 1. A manutenção da custódia cautelar encontra-se suficientemente fundamentada em razão das circunstâncias do caso que, pelas características delineadas, retratam, in concreto, a periculosidade do Agente, a indicar a necessidade da segregação provisória para a garantia da ordem pública, considerando-se, sobretudo, a grande quantidade de droga apreendida, transportada entre estados da Federação. 2. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não é apta a desconstituir a prisão processual, caso estejam presentes os requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a imposição da medida extrema, como verificado na hipótese. 3. O pleito de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, bem como as alegações de ausência de revisão dos motivos que ensejaram a custódia e a imprescindibilidade do Paciente para os cuidados com seu genitor não foram objeto de exame no acórdão impugnado. Assim, a apreciação originária dos temas por esta Corte configuraria indevida supressão de instância. 4. Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada. Como se observa a idoneidade da fundamentação está presente na decisão, de modo que não confere razão ao impetrante nos seus pleitos, motivo pelo qual fica mantida a custódia. Ante o exposto, o voto é pelo CONHECIMENTO DO PRESENTE HABEAS CORPUS E PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. Sala das sessões, Presidente Relator Procurador (a) de Justiça